

814/12.

FRANCO NOGUEIRA

COMO É QUE A PERDA  
DO ULTRAMAR  
É COMPENSADA  
PELAS BOAS GRAÇAS  
DA O. N. U.?

DISCURSO PRONUNCIADO  
NO PALÁCIO DAS NECESSIDADES  
EM 6 DE OUTUBRO DE 1969

1164

814-Rp



INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

FRANCO NOGUEIRA



COMO É QUE A PERDA  
DO ULTRAMAR  
É COMPENSADA  
PELAS BOAS GRAÇAS  
DA O. N. U.?

DISCURSO PRONUNCIADO  
NO PALÁCIO DAS NECESSIDADES  
EM 6 DE OUTUBRO DE 1969



327  
814-Rp

5 NT  
4966  
F.N.S.

INCORPORACÃO

FRANCO ROQUEIRA

COMO É QUE A PERDA  
DO ULTRAMAR  
É COMPENSADA  
PELAS BOAS GRAÇAS  
DA O.N.U.

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY  
130 St. George Street  
Toronto, Ontario M5S 1A5

Senhor Presidente do Conselho  
e Ministro Interino dos Negócios Estrangeiros:

Ao fim de quase nove anos de serviço neste Ministério, nas funções que hoje cesso, cabe-me praticar um último acto, e esse é para saudar Vossa Excelência e para lhe significar todo o meu respeito, e toda a minha admiração, ao mesmo tempo que me permito agradecer a Vossa Excelência a extrema bondade que quis ter ao deslocar-se a esta casa. E quero também endereçar os meus cumprimentos muito affectuosos ao Sr. Subsecretário de Estado.

Dita esta palavra, não roubaria mais tempo a Vossa Excelência, nem a quantos aqui estão para o cumprimentar, se não me julgasse obrigado, por força do cargo que exerci, a dar algum testemunho do que, no plano externo, foram os anos que ficam para trás. Suponho que não exagero se disser que foram difíceis e ásperos; e também julgo ser objectivo se acrescentar que perante os perigos e os obstáculos nunca este Ministério vacilou. Nisto não houve mérito, porque se tratava apenas de cumprir, naturalmente, o dever de respeitar o claro mandato do País, e este era no sentido de que, para além de grupos ou facções, fossem defendidos os seus interesses vitais e permanentes. Estes estão ligados directamente e indissolúvelmente

ao Ultramar. Para o afirmar, e para que se sublinhe essa realidade, não é preciso invocar os nossos direitos históricos, que são um facto, nem as nossas tradições morais e espirituais, que aliás também forjam a alma de um país. Posso afirmar que não foi somente nestes factores que se inspirou a nossa política externa. Esta baseou-se sobretudo, com o apoio do País, num sereno e lúcido julgamento dos interesses vitais da Nação. E estes não se protegem com a adopção de princípios e ideias alheias, elaborados por terceiras potências para defesa dos seus interesses e não dos nossos; nem com a subserviente subordinação a organismos internacionais, que fazem a política dos grandes impérios e os servem, e por eles são manejados. São pelo menos ingénuos os que acreditam na sinceridade dos propósitos afirmados pelos grandes países: porque estes, no fundo, não têm o menor interesse pelo progresso da África, nem pelos direitos humanos e dignidade do povo africano. Como estas palavras apenas me comprometem a mim, posso afirmar, com conhecimento de causa, que os alevantados ideais disseminados por esse mundo constituem apenas a máscara doutrinal que oculta a hipocrisia, as ambições nacionais, os desígnios imperiais de outros. Quanto às grandes assembleias internacionais, em particular as Nações Unidas, ninguém hoje no Mundo acalenta já ilusões sobre as suas virtudes: estão desacreditadas, desprestigiadas, impotentes. Ainda há dias o Ministro dos Estrangeiros do Canadá, país que teve vincado apego às Nações Unidas, afirmou do alto da tribuna de Nova Iorque que a organização estava «afogada em palavras» e que nada mais representava do que «um oceano de papéis». Estão carcomidas e ultrapassadas as Nações Unidas, e há um clamor geral pedindo a reforma da organização. E é neste momento que alguns entre nós vêm agora sugerir que nos submetamos aos seus critérios e que lhe solicitemos conselhos sobre a melhor forma de proteger os interesses permanentes de Portugal. Se amanhã, como

é inevitável, for reformada a O. N. U., se forem então alterados os seus critérios e outra for a sua lei; e se entretanto houvésemos abandonado o Ultramar em obediência aos critérios de hoje, alguém pensa que poderíamos voltar atrás? Será legítimo que tomemos decisões definitivas e finais para satisfazer uma organização em crise? Não tenhamos dúvidas: se nos subordinarmos à organização de Nova Iorque, e acatarmos as suas injunções arbitrárias, perderemos seguramente o Ultramar, mas decerto conquistamos as boas graças da O. N. U.; e por isso cabe perguntar o que é que vale mais para os interesses da Nação: conservar Angola e Moçambique e a Guiné e as demais províncias, ou ter boas relações com um organismo decadente e impotente? Por outras palavras: como é que a perda do Ultramar é compensada pelas boas graças da O. N. U. e em que é que concretamente se traduzem estas para os interesses vitais do País? É por isso surpreendente, pelo menos, que alguns equacionem as duas realidades como se se equivalessem, ou uma compensasse a outra. Não é em tais critérios que se pode firmar uma política externa portuguesa, se se quer esta independente e defensora dos nossos direitos e interesses. E não é tão-pouco aos princípios defendidos pelas grandes potências que poderemos confiar o desenvolvimento e progresso do Ultramar português. A política imperial daquelas levou o presidente do Banco Mundial a declarar há dias em Washington que a diferença do nível de vida entre os habitantes dos países ricos e dos países pobres é de 6000 para 100 e, a manter-se tal política, será de 10 000 para 200 no ano dois mil. É a isto que se quer submeter o Ultramar português? Não podemos basear-nos em tal política, nem na concepção simplista de que o estabelecimento de relações com todos os países do mundo é útil aos interesses de Portugal. Não é por ter relações externas com todos os países que se tem uma política externa: aquelas só existem para servir esta. E uma política externa tem de partir

de realidades, próprias de cada país, e tem de assentar nas linhas de força que sejam também específicas de cada nação. Nós temos as nossas, outros têm as deles; e quando não há coincidência ou aproximação, as relações só se estabelecem se alguém sacrificar ou ceder alguma coisa. Pensar-se-á acaso que a União Soviética estabelece relações conosco se nós conservarmos Angola e Moçambique? E de novo pergunto o que nos interessa mais: manter o Ultramar ou ter relações com Moscovo? Ou acreditar-se-á que Moscovo vai afrontar a sua clientela afro-asiática pelo gosto singelo das relações com Portugal?

Dou estes exemplos e faço estas observações; Senhor Presidente do Conselho, sòmente para indicar alguns dos traços e ideias subjacentes que orientaram a política externa portuguesa nestes últimos anos. De resto, era isto mesmo que Vossa Excelência tinha no seu pensamento quando, perante a Assembleia Nacional, afirmou há um ano que não podia ter sido outra a posição portuguesa. E eu afirmo, sem receio de desmentido, que os resultados não são aqueles que alguns agora sugerem. Diz-se que estamos isolados no Mundo: não é verdade: temos todas as ligações e toda a convivência internacional que é necessária ao País. Sem dúvida que na ausência de tais ligações não teria sido possível lançar Cabora-Bassa. Diz-se que estamos desprestigiados: não é verdade: gozamos de alto prestígio no Mundo. Somos atacados por alguns, mas somos respeitados por todos; e são sobretudo os nossos adversários que prestam homenagem à nossa vontade e que compreendem a razão da nossa firmeza. Recordo quantas vezes nas Nações Unidas, fora do ambiente dos debates tumultuosos, importantes delegados africanos me afirmaram a sua compreensão pela política ultramarina portuguesa e alguns até solicitavam que a não modificássemos porque, ao fim e ao cabo, a nossa política constitui um embaraço à expansão do domínio das grandes potências em



África, e é isto que os africanos acima de tudo mais temem. Mudemos de orientação, como pretendem alguns, e tudo isso desaparecerá. Entregue o Ultramar — e não há meias soluções; ou se entrega ou se defende — as grandes potências logo o ocupariam económica e politicamente, mas talvez, durante uns escassos dias, recebêssemos em Nova Iorque alguns piedosos elogios. Julgo, como um português qualquer que sou, que é do nosso interesse prescindir dos elogios e preferir que a Nação se mantenha íntegra.

Roubei demasiado tempo a Vossa Excelência, mas peço ainda um minuto. Quero agradecer a todos os que comigo colaboraram nesta casa durante estes anos, e testemunhar-lhes o meu reconhecimento muito profundo e muito sincero. E das faltas cometidas, das insuficiências havidas, dos erros praticados quero assumir sòzinho e pessoalmente toda a responsabilidade.

Uma última palavra, Senhor Presidente do Conselho, para dizer quanto foi para mim uma alta honra colaborar com Vossa Excelência, e quanto desejo a saúde de Vossa Excelência para que possa por muitos anos servir este país, e quanto pode Vossa Excelência contar com a minha devotada colaboração e inteira solidariedade. Pediria por fim a Vossa Excelência o grande favor de ser, junto do Senhor Presidente da República, intérprete dos meus sentimentos de respeito, de admiração, de agradecimento e de obediência ao Chefe do Estado.



MINISTERIO DE COMUNICACIONES  
BIBLIOTECA

2776

NB



\*EFG0000513556\*



S.N. I